

# O (RE)DESENHO PRODUTIVO E SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Martha Esthela S. Silva<sup>1</sup>

Luís Antônio Barone<sup>2</sup>

José Gilberto de Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo faz uma análise sobre a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Presidente Venceslau (SP). O PAA é uma política pública que consiste na compra de produtos oriundos da agricultura familiar e doação à pessoas em situação de insegurança alimentar e para entidades sociais (creches, asilos, casa do menor, orfanatos e escolas). A análise permite considerar que o PAA tem estreitado as relações campo-cidade, à medida que os produtos agropecuários produzidos nos assentamentos de reforma agrária se materializam no espaço urbano e são capazes de intervir diretamente na condição social de reprodução dos sujeitos, ao mesmo tempo que consolida as ações de assistência das instituições, aproximando uma dimensão produtiva do campo – com fundamento na reforma agrária – e a assistência social, como estratégia de seguridade social.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição dos Alimentos; Segurança Alimentar e Assentamentos Rurais.

**Abstract:** *The article makes an analysis on the performance of the Food Purchase Program (PAA) in the municipality of Presidente Venceslau (SP),*

---

<sup>1</sup>Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGECE- UNESP – Rio Claro.

<sup>2</sup>Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP – Presidente Prudente.

<sup>3</sup>Geógrafo, Professor Livre Docente, IGECE-UNESP – Rio Claro.

*the PAA is a public policy that is buying products from family farms and giving the people insecure food and social institutions (kindergartens, nursing homes, home of the minor, orphanages and schools). The analysis to suggest that the PAA has narrowed rural-urban relations, as the agricultural products produced in agrarian reform settlements materialize in urban space and are able to directly intervene in the social condition of reproduction of the subject and at the same time consolidate actions to assist institutions, consolidating a connection between the productive dimension of the field as the basis of land reform and social welfare as a strategy for social security.*

**Keywords:** *Public Policies, Food Security, Rural Settlements.*

## **Introdução**

O presente artigo faz uma análise da atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na sua capacidade de articular de forma positiva o desenvolvimento econômico no campo e o desenvolvimento social na cidade. Nosso universo empírico de estudo é o município de Presidente Venceslau (SP). O referido programa é uma política pública que consiste na compra da produção da agricultura familiar, sendo que, esses produtos são doados à entidades sociais e para pessoas em situação de vulnerabilidade social. É uma política que articula reforma agrária em conformação com a segurança alimentar e tem como objetivo criar mercado para a pequena produção agropecuária e aumentar a doação de alimentos.

A reforma agrária é um dos elementos fundamentais para supressão da fome, na medida em que retira pessoas de condições precárias de vida, devolvendo-lhes a dignidade, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da produção de alimentos. O PAA possibilita diretamente acesso aos alimentos minimizando a fome e intervém no aumento da produção de alimentos.

Os assentamentos rurais têm aumentado e diversificado sua produção. A garantia de comercialização que o programa proporciona oportunizou o cultivo de alimentos (verduras, frutas, legumes, feijão) nos lotes, alterando beneficentemente a dinâmica de trabalho que agrega mais pessoas na produção.

Assim, neste trabalho analisa-se os dados do PAA no município de Presidente Venceslau, localizado no oeste do estado de São Paulo, região que abriga uma grande quantidade de assentamentos. Presidente Venceslau, em seu território, conta com cinco assentamentos rurais, dos quais quatro estão inseridos no

programa. Este reativou o cultivo da terra anteriormente tomada pela pastagem e produção canavieira. A paisagem se (re)configura com diversos elementos concretos e abstratos ligados ao ideário da reforma agrária.

### **Fome de Reforma Agrária**

No Brasil a problemática da terra tem tido desdobramentos desfavoráveis à população que é desprovida dos meios de produção. A intensa concentração de terras contribuiu para o aumento da pobreza e da fome no país (SOUZA, 2008). A expulsão dos camponeses para a cidade teve como consequência o aumento da população que vive em condições precárias e sub-humanas, com um segmento com difícil acesso aos alimentos. Tudo isso é fruto das relações econômicas que são pautada prioritariamente no capital.

A produção de alimentos teve um aumento significativo, mas devido ao monopólio da produção a distribuição é desigual. De acordo com o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010) no Brasil tem diminuído a produção de alimentos devido a expansão da produção de agrocombustíveis, com a alta do preço dos alimentos o número de famintos eleva-se.

A "fome de reforma agrária" permanece latente nos trabalhadores sem-terras que lutam para conquistar um pedaço de chão, matando a fome em todos os sentidos. Objetivamente, são dois lados da mesma moeda, são dois lados da mesma fome, pois ao mesmo tempo em que o camponês retorna ao campo para matar sua fome e garantir sua reprodução social, aumenta a oferta de alimentos na cidade.

A fome, no seu grau mais latente, transforma-se em luta pela mínima recomposição das necessidades de reprodução social e faz com que muitos sem-terra compreendam a importância de sua inserção nos movimentos sociais. Os assentamentos rurais são expressões contundentes que se é possível minorar a fome, esta possibilidade de supressão denomina-se reforma agrária. Nas palavras de Ferrante e Barone os "*assentamentos rurais são uma alternativa para a geografia da fome*" (FERRANTE e BARONE, 1996).

A geografia da fome é presente na sociedade em que vivemos, quando se cartografa as terras destinadas ao cultivo para produção de agrocombustíveis e de soja para exportação. Verifica-se a diminuição de terras para a produção alimentar e consequentemente aumento do preço dos alimentos (SOUZA, 2008). A concentração de terras produtivas e a não desapropriação de terras improdutivas em nosso país tem sido um dos motivos para que não se acabe com fome e a miséria.

O atual estágio das forças produtivas e das relações sociais de produção tem possibilitado o monopólio da produção de grãos, de modo que o acesso aos alimentos é realizado, prioritariamente, mediante a compra, ficando a parcela da população que é desprovida ou mal provida de renda excluída desse mercado, com uma alimentação com déficit nutricional.

Com a destinação de grande parte das terras para a produção de monoculturas tais como a soja e a cana-de-açúcar houve uma drástica diminuição da produção de alimentos, uma vez que as terras e as políticas de crédito se concentram nas mãos do agronegócio. De acordo com Oliveira:

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelavam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. (OLIVEIRA, 2010, p.27)

O agronegócio invade o campo, destitui milhares camponeses de suas terras, diminui a oferta de alimentos e aumenta a fome. É voraz a disputa pela terra que o mesmo coloca e a destruição da natureza também. O aumento da produção de cana de açúcar, em detrimento da produção de alimentos, agrava ainda mais o quadro de insegurança alimentar.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) 850 milhões de pessoas passam fome e essa fome se regionaliza principalmente nos países da África, Ásia e América Latina. A desigualdade social e a concentração de renda deixam milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar sobrevivendo com a fome cotidiana. (SILVA, 2008).

A expansão do capitalismo no campo expropriou milhares de camponeses de suas raízes e tradições, expulsando-os do campo, de modo que muitos foram compulsoriamente para as cidades e se tornaram trabalhadores assalariados. Neste momento, torna-se necessária a intensificação da luta pela reforma agrária (SOUZA, 2010).

A luta pela reforma agrária vai além da distribuição de terras, questiona o

modelo social, cultural e econômico vigente, propondo novas relações sociais de trabalho, produção e sociabilidade. Ela potencialmente propõe uma sociedade justa e com equidade social.

De acordo com os autores:

A agricultura familiar gera mais ocupações que a agricultura patronal, utiliza-se de forma mais eficiente os recursos escassos da terra, trabalho e capital, e irradia mais o desenvolvimento local. A pequena agricultura une eficiência econômica e social" (GUANZIROLI, ROMEIRO, BUAINAIN, SABBATO, BITTENCOURT, 2001, p.6).

A reforma agrária é uma ameaça aos interesses da classe dominante, pois sua essência questiona o modelo de desenvolvimento econômico que está (im)posto e se coloca contrária a lógica de ordenamento territorial controlada pelo capital, que privilegia a agroindústria em detrimento da agricultura camponesa.

Com a intensificação da luta pela terra, o Estado com sua política fundiária – que para o agronegócio garante apoio irrestrito e para os trabalhadores sem-terra garante a militarização da questão agrária – aumenta a violência no campo e a morte de milhares de trabalhadores. (MARTINS, 1985). O que era a militarização, agora é criminalização. A criminalização da questão agrária (FERNANDES et al., 2003) tem como objetivo suprimir, também de maneira violenta, a luta dos camponeses, sendo que, a reforma agrária toca diretamente na estrutura de poder, na perspectiva de construção de outro modelo de sociedade e no que é prioritariamente intocável no Brasil: a propriedade privada. Criminalizam-se os movimentos sociais com a condenação, prisão e mortes de seus militantes.

A luta pela terra no Brasil é mantida na pauta da política nacional por pressão dos Movimentos Sociais, que não mais reivindicam somente o acesso a mesma, querem o direito à permanência no campo, o direito ao trabalho, à educação e à saúde. Assim, pressionam o poder público pela (re)formulação e efetivação de políticas públicas que garantam uma vida digna no campo. Lutam pela cidadania, que é usurpada pois, para muitos, essa "cidadania" somente se encontra no plano simbólico, já que os princípios básicos de sobrevivência são negados ou retirados.

O acesso à terra é uma luta infundável, pois quando conquistada a terra, a luta permanece cotidianamente. A permanência no campo torna-se uma dura resistência dos trabalhadores que, de uma forma ou de outra, se negam a obedecer à ordem do sistema capitalista, que conspira para que o viver e trabalhar no

campo sejam uma utopia.

O viver no campo é imbricado de diversas concepções de vida, de trajetórias e experiências. Porém, tem-se o desejo comum de continuar na terra provendo seu sustento por meio do trabalho na mesma. Desfrutar dos resultados da luta consolida-se na esfera subjetiva de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras que ousaram sonhar e que, mais ainda, ousam tornar o sonho realidade, quando assumem sua condição de sem-terra e se lançam às beiras das estradas com suas lonas pretas, sem saber se durará um ano ou vinte anos a condição de acampado. Entretanto, essa é uma condição assumida por eles mesmos.

Os camponeses têm enfrentado muitas dificuldades pela falta de políticas públicas que contemplem suas demandas, enquanto que o agronegócio tem um tratamento prioritário, produzindo um contexto historicamente desfavorável aos trabalhadores do campo. Ainda assim a pequena agricultura se vale de diversas estratégias econômicas e sociais para se manter o campo.

A agricultura familiar é um dos pilares da alimentação, sendo responsável pela maioria dos produtos da mesa do brasileiro. A promoção da agricultura familiar torna-se um elemento estratégico para a formulação de políticas para a questão da segurança alimentar. As políticas de segurança alimentar devem ser articuladas entre governo e sociedade civil, por meio da proteção da agricultura familiar, pois 70% dos alimentos produzidos no país o é pelo segmento da agricultura familiar.

A segurança alimentar associa-se ao objetivo de garantir a todos condições plenas de acesso a alimentos de qualidade. Negar o direito a alimentação é negar o direito básico à vida. Com a participação direta da agricultura familiar, o potencial de diminuição do quadro de fome que muitos brasileiros vivem será maior, redundando numa eficiente política de supressão da carência alimentar.

## **Segurança Alimentar**

A questão da Segurança Alimentar passa a ser discutida e definida no período do Pós-Segunda Guerra, onde se formulou políticas que garantissem acesso à alimentação em qualquer situação, até mesmo em períodos conflituosos. Neste momento, a discussão de segurança alimentar entra no cenário global.

No Brasil, o debate sobre segurança alimentar fica evidente na década 1990. Ampliou-se, então, o conceito de segurança alimentar como referência para as políticas nos vários níveis da administração pública, isto é, nos organismos federais, estaduais e municipais de agricultura e abastecimento.

De acordo com Galeazzi (1996), "a alimentação nutricional adequada é um

direito do cidadão, e a garantia de Segurança Alimentar é um dever do Estado" (p.134). A Segurança Alimentar passa pelo princípio de cidadania, onde o direito a uma vida digna é diretamente ligado ao direito a uma alimentação saudável e diária.

De acordo com essa autora:

A segurança Alimentar poderá, então, ser definida como direito inalienável de todos os cidadãos de terem acesso permanente aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, a uma vida digna e saudável. Para tanto é requerida uma produção suficiente e sustentada de alimentos em conformidade com os hábitos alimentares das populações das diversas regiões brasileiras. (GALEAZZI, 1996, p.156)

O combate à fome no Brasil tem se materializado pela promoção de políticas públicas para a agricultura familiar, que está produzindo mais para atender ao mercado interno e principalmente a pessoas em situação de insegurança alimentar.

A partir de 2003, o tema sobre a segurança alimentar no Brasil ganha destaque, já que um dos principais temas da campanha da candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (PT), era o Programa Fome Zero, que se concretizou nos dois mandatos de governo (2003-2006 e 2007-2010) e continua presente na política da atual presidente Dilma Rousseff.

A primeira necessidade básica do ser humano, que é se alimentar, para muitos brasileiros é uma necessidade que não é sanada diariamente, embora seja garantido pela Constituição brasileira, conforme reza o 2º artigo do capítulo 1 da Lei Magna:

Art. 2.º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Lei 11.349/2006).

Embora a segurança alimentar é garantida na Constituição (assim como a uma educação de qualidade, a função social da terra, o direito de liberdade de expressão etc.), o direito a uma alimentação adequada é usurpado e a problemática da fome permanece.

O fenômeno da fome não é natural, a fome é produzida pelo homem através

das relações sociais. O assunto sobre a fome chega quase ser um tema proibido, na maioria das vezes a palavra "fome" é substituída por má alimentação, desnutrição, entre outros conceitos que tentam mitigar o impacto da palavra. A fome é fabricada pela classe dominante, é fruto das desigualdades sociais que assolam os dominados. (CASTRO, 1952).

A desigualdade de distribuição de renda e a concentração da riqueza e dos meios de produção limitam o poder de compra para a grande maioria da população, que não possui determinado poder aquisitivo. Assim, tem-se um acesso extremamente limitado aos alimentos que lhes garantem uma alimentação saudável e diária. Como coloca Maria Moraes e Silva, "exclusão, marginalização, fome produzida são marcas que definem o processo de expropriação e proletarização deste país. Processo concreto, histórico, caracterizado pela relação entre famintos e produtores da fome" (SILVA, 1996, p.27).

Ao se colocar a questão da segurança alimentar, temos que evidenciar quais são as raízes da fome, para na cairmos na armadilha de descaracterizá-la. É necessário colocar quem são os produtores da fome e não confundir com a segurança ou a insegurança alimentar.

Segurança Alimentar é disponibilidade de alimentos suficientes, gerando-se uma oferta capaz de atender às necessidades de consumo alimentar de todas as pessoas. O direito à alimentação é o direito à vida, é a primeira condição de cidadania. Ter acesso a uma alimentação saudável independente da condição econômica, sendo este um dever do Estado.

Ainda convivemos com a miséria e a fome, que são frutos da desigualdade social em várias partes do país, de sul a norte. Somente haverá segurança alimentar no Brasil no momento em que todos os brasileiros tiveram acesso em quantidade e qualidade aos alimentos necessários para uma alimentação saudável. A criação de programas ou políticas públicas, como o Programa de Aquisição dos Alimentos, torna-se uma estratégia para acabar com a fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem acoplado a agricultura camponesa à segurança alimentar, incentivando os assentados a produzir mais alimentos, gerando assim mais trabalho e renda no campo e, ao mesmo momento, melhorando a segurança alimentar, pois a produção de alimentos dos assentamentos rurais de reforma agrária são doados a quem precisa.

### **Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA)**

O PAA se constitui como uma das políticas estruturantes do Programa Fome Zero para combater a fome e a miséria no país. Combate à miséria, pois tem

gerado renda aos assentados e combate à fome, pois os alimentos produzidos são doados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e a entidades sociais.

O Programa vem como uma política pública que integra segurança alimentar por meio da promoção da agricultura familiar. Essa política é realizada no âmbito de governança federal, estadual e municipal. No decorrer da década 1990, o conceito de segurança alimentar começou a sustentar uma pauta de políticas destinadas à redução da fome, aos poucos articulada à agricultura familiar e suas estratégias de desenvolvimento, entrelaçando as duas questões, ou territórios (campo-cidade).

No Brasil, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o programa Fome Zero, a fim de combater a fome e a miséria de populações em situação de insegurança alimentar em várias regiões do país. Dentre as políticas estruturantes do Programa Fome Zero, encontra-se o PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, juntamente com o Programa Bolsa Família, sendo estas iniciativas governamentais com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país, as quais se encontram articuladas às demais ações do Programa Fome Zero, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O programa consolidou-se como um instrumento de combate à fome e incentivo à agricultura familiar por meio de políticas públicas no âmbito da reforma agrária, definido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), auxiliado, ainda, pelos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda, que são responsáveis pela implantação do programa, tendo também a participação de órgãos gestores estaduais, municipais e federais. (CONAB, 2010).

O PAA, se efetiva em cinco modalidades (Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Antecipada da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, Compra Direta Local da Agricultura Familiar e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite). A modalidade que abordamos em nossa pesquisa é a de Compra Direta da Agricultura Familiar, também conhecida como doação simultânea. Esta modalidade visa garantir renda ao pequeno agricultor, através da compra direta da produção ao preço de mercado e doação de alimentos.

O programa destina-se à compra de produtos agropecuários oriundos da pequena agricultura, para combater a fome, fornecendo alimentos para entidades

sociais como asilos, casa do menor, orfanatos, hospitais, creches e escolas públicas e, também, às pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social.

A comercialização e distribuição dos produtos ocorrem mediante convênios entre órgãos governamentais, tanto na esfera federal como estadual e municipal, dispensando o processo de licitação, desburocratizando a compra e venda, possibilitando que mais produtores participem. Através da leitura sistematizada dos documentos do PAA, observa-se que há uma tentativa de desburocratização do processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, porque o mesmo dispensa as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93.

Mattei (2007) discorre sobre tais convênios:

A compra de produtos da agricultura familiar visa garantir renda a este segmento de produtores, ao mesmo tempo em que poderá melhorar as condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Portanto, os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores, especialmente aqueles grupos anteriormente citados. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar. (2007, p.14).

Certamente esses são os pontos mais importantes que a política do PAA consegue realizar. Aliando a política de agricultura familiar com a política de combate à fome, o governo consegue propor uma alternativa eficiente, consideradas suas limitações, resolvendo parte dos problemas nos assentamentos (como o escoamento da produção) e, nas cidades – sobretudo aquelas com grande número de pessoas em situação de insegurança alimentar, que são beneficiadas pelo programa.

O PAA foi concebido para estimular e fortalecer a agricultura familiar brasileira e compreende um conjunto de ações relativas à aquisição da produção agropecuária e sua distribuição para grupos de pessoas em estado de insegurança alimentar, além de contribuir para a formação dos estoques estratégicos de alimentos do país. Deste modo, o PAA destina-se à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, sendo dispensada a licitação, desde que os preços dos produtos adquiridos não ultrapassem o valor dos preços praticados nos mercados locais e regionais. Segundo Hespanhol (2008):

Isento de licitação, o Programa funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados pela cotação do mercado regional e fornecê-los a escolas e/ou instituições assistenciais que atendem grupos de pessoas carentes. Dessa forma, os produtos adquiridos pelo programa podem destinar-se à merenda escolar; à alimentação em creches, abrigos, albergues, asilos e hospitais públicos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias; entre outros (HESPANHOL, 2008, p13).

O programa colabora com a agricultura familiar, que há muito tempo não tem um tratamento especial, de maneira que possa suprir as necessidades dos assentados e pequenos agricultores. O programa em questão apresenta particularidades, como ter o assentado no foco da política e o incentivo à permanência das famílias assentadas no campo, o que pode se caracterizar como uma política eficiente para a manutenção da reforma agrária.

Um dos impasses dos assentados era a comercialização de seus produtos que ficavam aquém da sorte, sem certeza de venda e que, por vezes, perdiam a produção que é de baixa durabilidade e alta perecibilidade (frutas, verduras e legumes). Ou ficavam sujeitos a atravessadores de má fé, que faziam a compra e não pagavam, ficando os assentados sem capital de giro para pagar dívidas no banco e plantar novamente.

O problema de escoamento da produção agrícola foi sanado, pois o programa se propõe-se a realizar a compra direta da produção dos assentados, garantindo-lhes uma renda complementar.

Porém, as demandas por assistência técnica aumentaram e o quadro de funcionários que já era deficitário permanece o mesmo. Encontra-se, aí, um entrave, pois a falta da assistência técnica atinge diretamente a qualidade e quantidade dos alimentos.

A transferência de alimentos realizada através do PAA concretiza a reforma agrária no meio urbano. A vinda dos alimentos do campo para cidade materializa essa espacialidade, pois muitas das pessoas que vivem na cidade têm conhecimento da reforma agrária. A relação campo-cidade ainda é permeada por uma série de preconceitos, pelos quais ocorre uma hierarquização, com a cidade sobre o campo, o que acaba por não evidenciar a interdependência dos dois espaços.

A produção de alimentos ocupa lugar de destaque nos assentamentos rurais de reforma agrária que aderiram ao programa, retomando seu papel na vida do camponês. Ela agrega o trabalho familiar, a terra retorna ao seu valor de uso e é

dela e nela que se reproduzem relações sociais, que estavam sendo extintas pelo agronegócio.

Como cita Souza:

A terra como natureza, é valorizada na relação estabelecida pela sociedade em seu processo de produção do espaço. Essa natureza incorporada à vida humana, no âmbito de suas necessidades, tem a denominação em Marx: valor de uso. Uma categoria não cronológica, de dimensão histórica-teórica intrínseca à trajetória humana na terra, como a riqueza material. A terra apropriada no sentido mais geral de satisfação (SOUZA, 2009, p. 122).

Quando a terra é reconquistada pelo camponês, o direito de extrair dela, pelo trabalho, o alimento e a moradia torna o camponês realmente ligado ao campo: a terra retorna ao seu valor de uso e o homem ao seu lugar no campo.

Este conceito, ou esta dimensão prática da vida campesina pode ser reportada aos assentamentos de Presidente Venceslau, onde a produção se diversifica, o trabalho na terra torna-se possível e o viver no campo, real.

De acordo com Ferrante e Santos:

Nas duas últimas décadas, a monotonia da paisagem rural de algumas regiões do Estado de São Paulo, como é o caso do Pontal do Paranapanema, foi quebrada drasticamente pela expansão dos assentamentos rurais. No lugar de pastagens extensivas, onde antes se avistavam apenas algumas cabeças de gado, agora florescem pequenas propriedades rurais, sítios, nos quais a presença do homem é marcante, onde começam a fazer sentido estas duas palavras: agricultura familiar (FERRANTE, SANTOS, 2003, p.21).

Hoje a paisagem não somente se reconfigura fisicamente com as mudanças, mas passa a ser cheia de sentidos e esperança. O campo, ainda que com suas limitações, oferece moradia e emprego para dezenas de pessoas que viviam na miséria, pois estes dois princípios básicos de sobrevivência estavam distante de suas realidades. A terra traz outros significados, a concretização de sonhos e ideais, que se materializam com os assentamentos rurais. O PAA reativou e reforçou o associativismo dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária, tirando do campo parte do trabalho alienado. É, potencialmente, uma nova condição, na qual os assentados trabalham para eles mesmos. O trabalho é, assim, algo do cotidiano, que os humaniza, os faz pensar no próximo, pois têm

consciência que aquele alimento por ele produzido destina-se a pessoas que necessitam.

A diversificação da produção agrícola nos espaços construídos pelas experiências de reforma agrária faz com que os sujeitos estabeleçam e também construam novas relações sociais de produção e, de modo amplo, redefinem a relação do homem com a natureza. O uso da terra em vários dos assentamentos traz a riqueza da biodiversidade de culturas, preservação do meio ambiente e de uma produção agrícola verdadeiramente sustentável. Os assentados se valem, principalmente, da combinação de diversas estratégias sociais e econômicas para ter condições de viver uma vida digna no campo.

Nosso universo empírico de pesquisa é o município de Presidente Venceslau, que já tem o PAA consolidado em quatro assentamentos. Presidente Venceslau situa-se no oeste do Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema, região conflituosa pela disputa por terra no Estado. Hoje, concentra muitos assentamentos rurais, que foram conquistados tendo como protagonista desse processo os movimentos sociais de luta pela terra.

### **O PAA em Presidente Venceslau**

Os assentamentos rurais se tornaram uma alternativa para a miséria de muitos que foram expulsos do campo. Outros, que viviam na cidade em condições precárias ou viviam como meeiros e/ou arrendatários, hoje vivem de seu próprio trabalho nos assentamentos.

O município de Presidente Venceslau tem em sua extensão territorial cinco assentamentos rurais de reforma agrária: os assentamentos Primavera (124 lotes), Tupanciretan (74 lotes), São Camilo (35 lotes) Radar (29 lotes), e Santa Rita (19). Dos cinco assentamentos citados, somente o Assentamento Santa Rita não participa do PAA.

A produção leiteira é majoritária nos assentamentos do município de Presidente Venceslau. A produção de hortaliças, verduras e frutas para comercialização não era tão significativa há alguns anos, mas este quadro tem sido revertido graças ao PAA: a diversificação da produção tem sido possível.

A discussão sobre adesão ao PAA no município começou ainda em 2007. No começo de 2008 algumas associações de produtores dos assentamentos decidiram aderir ao programa e, atualmente, temos cinco associações de assentamentos rurais que entregam sua produção para o programa.

Para aderir ao PAA é necessário que o assentamento tenha uma associação juridicamente constituída. É a associação que realiza as transações de compra

da produção; a mesma faz um projeto com o número de produtores, com a quantidade de produtos, caracterização da produção que pretende entregar e quais são as entidades que receberão as doações. Uma das exigências da CONAB é que cada associação entregue no mínimo 20 variedades diferentes de alimentos, estimulando assim a diversidade na produção. O projeto deve ser assinado por um técnico. Com a aprovação do projeto, inicia-se o convênio que tem duração de um ano. Ao final do convênio a associação manda novamente um novo projeto, que será aprovado dependendo da verba pública destinada ao programa.

A CONAB estabelece um valor anual para cada produtor que atualmente é de R\$ 4.500,00. A produção entregue de cada assentado não pode ultrapassar este valor. Criou-se um marco jurídico capaz de possibilitar uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares e também representar um maior controle da produção dos assentados, a partir do momento que a delimita.

O PAA, em seu tempo de existência, aumentou o limite anual de compra por produtor, o que evidencia o potencial da agricultura familiar e a necessidade de supressão da fome. Colocamos esse aumento esquematizado na tabela abaixo.

**Tabela 1** – Renda Anual e Mensal do PAA Por/Produtor (2003/2012).

Ano	Limite Anual	Renda Mensal
2003 – 2006	R\$ 2.500,00	R\$ 208,00
2007 – 2008	R\$ 3.500,00	R\$ 291,00
2009 – 2012	R\$ 4.500,00	R\$ 375,00

**Fonte:** [www.conab.com.br](http://www.conab.com.br) (25/1/2012).

Org: Martha Esthela S. Silva.

A tabela acima evidencia alguns entraves do Programa, pois o limite máximo de venda que o produtor pode repassar para a CONAB não gera mensalmente um salário mínimo. Alguns assentados conseguem atingir a meta em até seis meses, tendo condição de produzir mais, porém sem garantia de venda da produção excedente. Entretanto, a valorização do trabalho do produtor passa a ocupar papel central na alimentação dos moradores da cidade que se encontram em situação de insegurança alimentar.

No município em estudo tem-se ao todo 5 associações que participam do programa, tendo um montante de 143 produtores assentados cadastrados. A tabela abaixo mostra a atuação dos assentamentos para a produção no PAA.

**Tabela 2** – Participação dos Assentamentos do Município de Presidente Venceslau no Programa de Aquisição de Alimentos (produção e valores) 2011/2012.

Assentamento	Nº de Associações	Nº de Lotes	Nº de Produtores	Alimentos (t)	R\$
Radar	1	29	19	64,176	80.370,00
Tupanciretan	1	74	45	154,043	190.350,00
Primavera	2	124	53	135,422	135.359,80
São Camilo	1	35	26	87,907	109.980,00
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>262</b>	<b>143</b>	<b>441,548</b>	<b>516.059,80</b>

**Fonte:** www.conab.com.br (25/1/2012).

Org.: Martha Esthela S. Silva

Os assentados produziram cerca de 440 toneladas de alimentos no decorrer de um de ano, com uma variedade de mais de 60 tipos de alimentos que foram doados. Esses alimentos abastecem não somente a população de Presidente Venceslau como a de alguns municípios ao seu entorno: as cidades de Presidente Epitácio e Santo Anastácio também recebem doações dos alimentos produzidos no município de Presidente Venceslau.

O PAA tem atendido mais de 20 instituições, que recebem as doações. No município de Presidente Venceslau, essas instituições são escolas municipais, creches, asilos, casa do menor, projetos sociais, orfanatos, associações, entidades filantrópicas e igrejas. As igrejas e as associações repassam os alimentos a famílias em vulnerabilidade social. O impacto econômico passa a ser significativo na cidade, sendo injetados, no período de um ano, R\$ 516.059,00 reais na economia local, gerando uma receita maior para a cidade.

Os alimentos são entregues semanalmente. Os assentados levam sua produção à sede do assentamento, as associações fazem o controle da produção de cada assentado, para posterior pagamento. A logística dos alimentos é feita pela

Prefeitura que leva os alimentos do campo para a cidade, onde é entregue à Divisão de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente. A doação dos alimentos é semanal e o controle da divisão é feito pelas entidades, que se auto-organizam também, fazendo a divisão de acordo com suas necessidades. O controle e a participação da sociedade civil nesse programa ocorrem em algumas partes do processo.

Um dos aspectos interessantes do programa é o controle social que os mesmos têm, reforçando a questão da auto-organização já existente no assentamento que se efetivava com as Associações de Produtores Rurais (SILVA, 2011).

Os assentados passam a ser atores econômicos e políticos nas associações de produtores, cooperando na sustentação da reforma agrária, as associações passam a ser capazes de aumentar a renda dos assentados. No sentido de evitar equívocos de avaliação, centrando apenas no viés econômico das associações, deve-se pensar também nas relações de cooperação e emancipação que esta possibilita.

O associativismo pode ser entendido como um instrumento de luta dos assentados, proporcionando a permanência na terra, gerando uma resistência social e econômica. A capacidade que as associações têm de inserir a pequena produção rural no circuito econômico traz ao assentado uma alternativa de venda de sua produção, podendo assim, lhe proporcionar uma melhor renda.

Este programa consegue estabelecer uma relação entre o campo e a cidade, que foi constatada nos trabalhos de campo para a realização desse estudo. Recolheu-se, sobre isso, o depoimento de um assentado que revela fatos interessantes sobre o PAA, no que tange à relação campo e cidade:

O pessoal da cidade agora respeita a gente, pois estão vendo que a gente trabalha mesmo, nossa produção está indo ajudar a quem precisa, o nosso trabalho está chegando na cidade, e matando a fome de muita gente, é o trabalho dos sem-terras. (Neném, assentado no P.A. Tupanciretan, 2010).

Esta frase elucidada, da melhor maneira possível, a relação que o PAA promove entre o campo e a cidade. A distribuição de produtos agropecuários para entidades que, em geral, estão na área urbana dos municípios, traz um novo olhar da cidade para o homem do campo que é assentado. O mesmo que tem sido vítima de preconceitos, agora coloca o fruto do seu trabalho, de forma direta e visível, para a cidade. Assim, alguns segmentos da sociedade acabam por constatar a importância da agricultura familiar e da reforma agrária, com um

olhar mais curioso e talvez menos preconceituoso.

Evidenciamos novos rearranjos sociais nos assentamentos, desde a paisagem que aos poucos se diversifica com a produção, bem como com o trabalho da família assentada dentro do lote e, com isso, configurando novas relações sociais na produção. Nas hortas, observamos, temos o trabalho feminino e o do jovem muito presente.

O aumento dos recursos para o programa deve ampliar o acesso dos agricultores familiares a esta política, possibilitando chegar às famílias que passam fome os alimentos provindos da reforma agrária. O mesmo reforça o compromisso de inclusão social, emancipação e autonomia dos produtores de modo não assistencialista. A fome é, também, um problema de acesso ao alimento e o PAA representa uma mudança, ao comprar com preço justo e promover a distribuição para quem tem fome.

### **Considerações Finais**

A supressão da Fome passa prioritariamente pela democratização da terra e dos direitos a populações anteriormente destituídas, voltando a terra à sua função social. Assim, a erradicação da pobreza é inerente à Reforma Agrária e os movimentos sociais são protagonistas neste processo de construção de novas territorialidades.

O Programa de Aquisição de Alimentos traz parte da materialidade da reforma agrária para o espaço urbano. Isto tem tido desdobramentos favoráveis no campo e na cidade: o acesso a alimentos para quem tem fome e renda a quem precisa, gera importante destaque no desenvolvimento local.

O PAA contribui para a aproximação do Estado ao campo, mas coloca novos desafios ao poder público: a demanda por assistência técnica, por exemplo, cresce e tem uma influência direta na qualidade e quantidade dos alimentos. Torna-se necessário a articulação de uma série de ações de apoio à agricultura familiar, oferta de alimentos e ampliação do acesso a terra.

Este programa é uma construção coletiva e sua efetivação ocorre com diferentes sujeitos. Começa com a associação, que é a articulação dos assentados e com as entidades que receberam os produtos doados. As entidades por sua vez se articulam internamente para o recebimento ou repasse dos alimentos. As entidades de repasse transferem para a população carente os alimentos, retornando o ciclo da organização.

O programa se consolidou com uma alternativa para o escoamento da produção dos assentamentos rurais e o combate à insegurança alimentar,

reforçando a interdependência do campo e da cidade, sem sobreposições.

Essa política coloca em evidência o papel da pequena agricultura, leva o trabalho do campo para a cidade, que passa a enxergar de outra maneira o assentamento rural. A produção dos assentados materializa-se na cidade e os sujeitos urbanos, pautados pelos estigmas da velha aristocracia rural, entram em conflito com seus pensamentos, que podem ou não gerar uma nova síntese acerca dos sem-terra.

A produção da agricultura camponesa reascende no campo e traz novos elementos, ou traz novamente os velhos elementos que, de tão esquecidos, parecem que são novos: a cooperação, a valorização, a autonomia, a identidade e a humanização. O homem do campo, ao olhar seu lote, enxerga sua produção com diferentes cores e sabores. A agricultura pede passagem ao pasto e a paisagem volta a ser o "lugar" que antes era apenas saudades, saudades do tempo que se plantava de tudo no campo. Hoje se reconfigura em realidade esse "lugar".

A "fome de reforma agrária" permanece viva em todos seus sentidos, no campo e na cidade: uma dívida histórica para com os explorados que enxergam outra possibilidade de vida e lutam pela concretizam da mesma.

## Referências

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**, Rio de Janeiro, FDE, 1952.

FERNANDES, B.M. et alli, "Inserção sócio-política e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - São Paulo". In: FERRANTE, V.L.S.B. et alii (orgs.)

**Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, I.P. **Da terra nua ao prato cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos rurais: uma alternativa à geografia da fome. In: GALEAZZI, M.A.M. **Segurança**

**alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas, Mercado das letras, 1996.

GALEAZZI, M.A.M. **Segurança alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas, Mercado das letras, 1996.

GUANZIROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. M., S, SABBATO, A., BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

HESPANHOL, R.A.M. Mudança das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos. **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona. 2008.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Antecedentes, Concepção e Composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 33-44, 2007.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária.** São Paulo, Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, A.U. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária.** São Paulo. Vol.12. P.03-311. 2010. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira\\_AU.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf)> Acesso em: 15 abril. 2012.

SILVA, M.A.M. **A Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial de Trabalho.** Presidente Prudente. Vol. 9. p(63-80). 2008. Disponível em: <[www4.fct.unesp.br/ceget/.../04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf](http://www4.fct.unesp.br/ceget/.../04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf)> Acesso e, 03 jan 2012.

---

**Errantes do fim do Século.** São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

SILVA, M.E.S. **Associativismo em Assentamentos Rurais:** Resistência e Acomodação na Reforma Agrária. 2011. 126f. Bacharelado (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual

Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, J.G. La production d'agro-carburants au Brésil : Bio-essence ou Nécro-essence?. **Terre-à-Terre Portail Environnement** - Canada, Montréal - Canada, 21 jul. 2008. Disponível em: <<http://portailenvironnement.ca/agriculture/la-production-d%E2%80%99agro-carburants-au-bresil-bio-essence-ou-necro-essence/>>. Capturado em 03 de abril de 2012.

SOUZA, J.G. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2010.

SOUZA, J. G. Limites do Território. **Revista Agrária**. São Paulo. Vol.10/11. P.99-130. 2009. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/index.htm>> Acesso em: 15 dez. 2011.

#### **Sítios da internet consultados:**

CONAB, disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)>. Acesso em 20 fev 2012.